

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

Número da inscrição: \_\_\_\_\_

### PROVA A – Prova Objetiva

#### Questão 01

- Das pessoas admitidas a litigar no Juizado Especial Cível, pode-se afirmar que:
- a) o incapaz pode ser autor de uma reclamação cível, desde que o faça por seu representante legal.
  - b) o incapaz pode ser réu de uma reclamação cível, desde que o faça por seu representante legal.
  - c) nas demandas envolvendo pessoas jurídicas de direito público, haverá a participação do Ministério Público.
  - d) não poderão ser autores de reclamação cível os cessionários de direito de pessoas jurídicas.
  - e) Somente é considerada válida a correspondência ou a contrafé recebida se o ato for efetuado por oficial de justiça.

#### Questão 02

À luz das disposições da Lei nº 9.099/95, assinale a assertiva CORRETA.

- a) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
- b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.
- c) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a quarenta e cinco vezes o salário mínimo.
- d) Os Conciliadores e Juízes Leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de três anos de experiência.
- e) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, salvo se de cunho patrimonial.

#### Questão 03

Os Juízes leigos são considerados auxiliares da Justiça e

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

- a) não precisam estar inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) são impedidos de exercer a advocacia no Estado em que atuam, enquanto permanecerem na função.
- c) podem conduzir audiência de conciliação, bem como instruir o processo, independentemente de supervisão de um juiz togado.
- d) são previstos na Constituição, que estabelece a sua implantação nos Juizados Especiais de todo Brasil até o ano de 2020.
- e) podem decidir o conflito, quando as partes optarem por resolver o conflito pela solução arbitral.

### Questão 04

A legitimidade ativa nos Juizados Especiais Cíveis é limitada pela Lei n. 9.099/95, podendo demandar como autores nesta esfera:

- a) as empresas de grande porte, desde que deferido o processamento de recuperação judicial.
- b) as microempresas e as empresas de pequeno porte.
- c) as pessoas jurídicas constituídas sem fins lucrativos, independentemente de sua finalidade.
- d) os menores ou incapazes, desde que devidamente representados ou assistidos.
- e) os insolventes civis, quando o montante de suas dívidas não ultrapassar 40 salários mínimos.

### Questão 05

A assistência por advogado, nas causas em trâmite perante os juizados especiais cíveis, é obrigatória

- a) nas causas cujo valor ultrapasse a quantia de até 30 salários mínimos.
- b) para recorrer da sentença, salvo quando tal assistência não tenha sido prestada no primeiro grau.
- c) em todas as ações, podendo o causídico representar seu cliente sem procuração escrita nos autos.
- d) nas causas inferiores a 20 salários mínimos, quando o réu for pessoa jurídica ou firma individual.
- e) nas causas cujo valor supere 20 salários mínimos, a partir da fase instrutória, sendo dispensada para a formulação do pedido e a sessão de conciliação, nos termos do Enunciado 36 do FONAJE.

### Questão 06

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

Considerando a forma de comunicação dos atos e os prazos processuais em sede de Juizados Especiais, o juiz

- a) deve se pronunciar sobre qualquer nulidade, mesmo que não tenha havido prejuízo.
- b) não pode ordenar o arresto de bens, bem como a citação por edital nas ações de execução de título extrajudicial.
- c) deve aguardar o pagamento das despesas devidas para o cumprimento de diligências, inclusive, quando da expedição de cartas precatórias.
- d) deve aplicar pena de preclusão temporal, em caso de inobservância dos prazos legais, cujo termo inicial é o dia posterior ao da intimação ou da ciência, conforme entendimento contido no Enunciado 13, do FONAJE.
- e) deve dar ciência às partes dos atos praticados em audiência, por meio de publicação no Diário de Justiça, começando a fluir a partir daí eventuais prazos subsequentes.

### Questão 07

B.C. ajuizou ação de cobrança em face de R.K., perante um Juizado Especial Cível, visando o recebimento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) que havia emprestado. A audiência de conciliação foi designada para o dia 16 de agosto de 2017, sendo que R.K.:

- a) poderá ausentar-se desde que seu advogado supra a sua ausência, restando assim afastada a hipótese de revelia.
- b) poderá, em comum acordo com B.C., manifestar desinteresse pela audiência de conciliação, caso em que esta será dispensada.
- c) sofrerá a penalidade de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, caso não compareça, prosseguindo-se para a fase de instrução do processo.
- d) deverá comparecer, não podendo a sua ausência ser surpreendida pelo comparecimento de seu advogado, sob pena de revelia.
- e) poderá não comparecer, não se falando em revelia, caso seu advogado protocole contestação no prazo legal.

### Questão 08

A sentença nos Juizados Especiais Cíveis

- a) será irrecorrível, quando homologar laudo arbitral.
- b) trará um breve resumo dos fatos, estando dispensada a fundamentação.
- c) poderá ser ilíquida, nos casos de formulação de pedido genérico.
- d) poderá ser executada em Vara Comum, no tocante à parte da condenação excedente ao teto de competência dos Juizados Especiais.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

e) será recorrível por apelação, no prazo de 15 dias, quando extinguir o processo sem resolução de mérito.

### Questão 09

No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, o sistema recursal é relativamente distinto do processo civil comum, cabendo

- a) apelação, no prazo de 15 dias, da sentença de primeiro grau.
- b) recurso especial, nas hipóteses descritas na Constituição, contra os acórdãos proferidos pelas turmas recursais.
- c) recurso extraordinário, nas hipóteses descritas na Constituição, contra os acórdãos proferidos pelas turmas recursais.
- d) recurso inominado em face da sentença de primeiro grau, sendo dispensados a assistência de advogado e o preparo recursal.
- e) recurso inominado em face da sentença de primeiro grau, julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

### Questão 10

A garantia contra evicção e vícios redibitórios vigora em todos os contratos abaixo, à EXCEÇÃO do contrato de:

- a) dação em pagamento.
- b) compra e venda.
- c) permuta.
- d) doação pura e simples.
- e) retrovenda.

### Questão 11

A venda de coisa móvel, na qual pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago, configura o instituto da:

- a) preempção.
- b) venda com reserva de domínio.
- c) venda a contento.
- d) retrovenda.

### Questão 12

Nos termos do Código Civil Brasileiro, o prazo prescricional para a propositura de ação de cobrança de honorários de advogado será de

- a) 01 ano.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

- b) 02 anos.
- c) 03 anos.
- d) 04 anos.
- e) 05 anos.

### Questão 13

Em relação ao mandato,

- a) a aceitação do mandato deve ser necessariamente expressa, para que se tenha segurança jurídica de sua outorga.
- b) presume-se oneroso quando não houver sido estipulada retribuição determinada, exceto se o seu objeto disser respeito a alguma atividade não lucrativa.
- c) pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito; sua outorga está sujeita à forma exigida por lei para o ato a ser praticado, não se admitindo mandato verbal quando o ato deva ser celebrado por escrito.
- d) em termos gerais só confere poderes de administração e para transigir ou hipotecar, mas não para alienar, o que dependerá de poderes especiais e expressos.
- e) os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são nulos em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar; a ratificação deve ser expressa e valerá de sua concretização em diante.

### Questão 14

Citado regularmente, o réu ofereceu contestação no quinto dia do prazo de que dispunha para tanto. Depois de protocolizada a sua peça de bloqueio, lembrou-se ele de outra tese defensiva que lhe seria aproveitável, não suscitada em sua contestação e tampouco sendo cognoscível *ex officio* pelo Juiz. Assim, optou o demandado por ofertar nova contestação, o que fez no décimo segundo dia após o da juntada do mandado de citação.

Nesse cenário, deve o Juiz:

- a) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão temporal;
- b) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão lógica;
- c) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão consumativa;
- d) receber a segunda contestação, já que apresentada dentro do prazo legal;
- e) receber a segunda contestação, em homenagem às garantias da ampla defesa e do contraditório.

### Questão 15

Com base no CPC, é correto afirmar que o valor da causa

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

- a) não servirá de base de cálculo para a fixação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça caso seja irrisório ou demasiado elevado.
- b) é um requisito legal da petição inicial, mas não da reconvenção.
- c) não poderá ser corrigido de ofício pelo juiz, mesmo se verificado que a monta indicada não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão.
- d) pode ser impugnado pelo réu a qualquer tempo e, se comprovada alteração superveniente de fato ou de direito, será complementado o seu pagamento, se necessário.
- e) corresponderá, em causa relativa a obrigação por tempo indeterminado, à soma das parcelas vencidas mais o valor de uma prestação anual relativa às parcelas vincendas.

### Questão 16

Em um processo que tramita pelo procedimento comum foi determinada a citação por Oficial de Justiça. De posse do mandado, o Oficial precisa cumprir a ordem. Nesse cenário, é correto afirmar que

- a) somente com autorização judicial a citação poderá ser realizada antes das seis horas ou após as vinte horas, em dias não úteis.
- b) a citação não pode ser realizada durante o período de férias forenses, por expressa determinação legal de suspensão de todos os atos processuais.
- c) não poderá efetuar a citação se constatar, no momento da prática do ato, que o cônjuge do réu tiver falecido há menos de dois dias.
- d) se por três vezes o oficial procurar o réu sem sucesso em sua residência ou domicílio, havendo suspeita de ocultação, poderá intimar qualquer pessoa da família ou, na falta, um vizinho, de que no próximo dia útil retornará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- e) essa modalidade de citação somente ocorrerá se primeiramente for frustrada a tentativa de citação pelo correio.

### Questão 17

Considere as assertivas abaixo:

- I. O depoimento pessoal da parte não pode ser determinado de ofício pelo Juiz.
- II. Em ações de estado e de família, a parte não é obrigada a prestar depoimento sobre fatos, ainda que venham a resultar em desonra própria.
- III. Haverá confissão ficta quando a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparece em juízo.
- IV. É vedado a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

V. A parte não tem legitimidade para requerer o seu próprio depoimento pessoal.

Em consonância com as disposições do Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) II, III e V.
- c) I, II e V.
- d) III, IV e V.
- e) I, III e IV.

### Questão 18

O princípio da boa-fé objetiva descrito no art. 4º, III, é visto não só como defesa do vulnerável, mas também atua como critério auxiliar na viabilização dos ditames constitucionais sobre a ordem econômica. CARVALHO, Diógenes Faria de. *Do princípio da boa-fé objetiva nos contratos de consumo*. Goiânia: Ed. da PUCGO, 2011, p.91

Entre os princípios que orientam o Código de Defesa do Consumidor, está a boa-fé objetiva, que:

- a) restringe sua aplicação aos contratos de consumo.
- b) garante a igualdade formal-material aos sujeitos da relação jurídica de consumo.
- c) implementa equilíbrio nas relações de consumo, tendo em vista a presunção absoluta de hipossuficiência do consumidor.
- d) cria deveres no momento da celebração do contrato, como o dever da informação, ou seja, aquele em que há a necessidade de se realizar a oferta de forma clara e sem equívocos.
- e) protege a segurança que o consumidor depositou na segurança do produto ou objeto colocado no mercado e por ele adquirido.

### Questão 19

Em relação à disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre os contratos de adesão, assinale a afirmativa correta.

- a) A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.
- b) Nos contratos de adesão não se admite em nenhuma hipótese a cláusula resolutória.
- c) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte poderá ser livremente escolhido pelo fornecedor, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
- d) As cláusulas dos contratos de adesão devem ser aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços,

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

ainda que o consumidor tenha a possibilidade efetiva de discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

e) As cláusulas dos contratos de adesão devem permitir sua imediata e fácil compreensão pelo consumidor, sem a necessidade de serem redigidas com destaque.

### Questão 20

A propósito da disciplina do Código de Defesa do Consumidor sobre as cláusulas abusivas, é correto afirmar que são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que

- a) limitem a responsabilidade do fornecedor em situações justificáveis e sendo o consumidor pessoa jurídica.
- b) estabeleçam a utilização facultativa de arbitragem.
- c) autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, ainda que igual direito seja conferido ao consumidor.
- d) obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, ainda que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.
- e) possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

### Questão 21

Com base no atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no que diz respeito à incidência do Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- a) O CDC não se aplica aos contratos de plano de saúde administrados por entidades de autogestão.
- b) O CDC não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- c) O CDC não é aplicável às entidades abertas de previdência complementar.
- d) O CDC incide nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.
- e) O CDC é aplicável aos contratos de plano de saúde, inclusive aos administrados por entidades de autogestão.

### Questão 22

Nos termos da Resolução n. 174/2013, do CNJ, a contar do encerramento da instrução, o juiz leigo deverá apresentar o projeto de sentença, no prazo máximo de

- a) 5 dias.
- b) 7 dias.
- c) 10 dias.
- d) 12 dias.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

e) 15 dias.

### Questão 23

A Resolução n. 174/2013, do CNJ, dispõe que o juiz leigo fica subordinado às orientações e ao entendimento jurídico do

- a) Presidente do Conselho Nacional de Justiça.
- b) Presidente do Tribunal de Justiça.
- c) Corregedor-Geral de Justiça.
- d) Presidente da Turma Recursal.
- e) Juiz togado.

### Questão 24

Segundo o Código de Ética dos Juízes Leigos, é dever desses juízes, sem prejuízo daqueles estabelecidos pelo respectivo Tribunal,

- a) captar clientela para auxiliar no exercício das suas funções.
- b) velar por sua honra e reputação pessoal e agir com lealdade e boa-fé.
- c) avisar as partes sobre o horário marcado para o início das audiências.
- d) dar informações ao acusado sobre a possibilidade de obter reparação ao dano sofrido.
- e) informar as partes de sua condição de equiparado ao juiz togado.

### Questão 25

Nos termos do Código de Ética dos Juízes Leigos, em caso de descumprimento de seus deveres, o juiz leigo poderá ser representado, perante o Juiz togado ou a Coordenação Estadual dos Juizados,

- a) por qualquer pessoa.
- b) por delegado da polícia civil.
- c) por promotor de justiça.
- d) pelo Ouvidor do Poder Judiciário.
- e) pelo Procurador Geral de Justiça.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

### Gabarito

1. a  b  c  d  e
2. a  b  c  d  e
3. a  b  c  d  e
4. a  b  c  d  e
5. a  b  c  d  e
6. a  b  c  d  e
7. a  b  c  d  e
8. a  b  c  d  e
9. a  b  c  d  e
10. a  b  c  d  e
11. a  b  c  d  e
12. a  b  c  d  e
13. a  b  c  d  e
14. a  b  c  d  e
15. a  b  c  d  e
16. a  b  c  d  e
17. a  b  c  d  e
18. a  b  c  d  e
19. a  b  c  d  e
20. a  b  c  d  e
21. a  b  c  d  e
22. a  b  c  d  e
23. a  b  c  d  e
24. a  b  c  d  e
25. a  b  c  d  e

Atenção, qualquer rasura ou marcação em duplicidade nas respostas acarretará a desconsideração da questão.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

## Prova discursiva

## Questão 1

Marcos estacionou seu automóvel diante de um prédio de apartamentos. Pouco depois, um vaso de plantas caiu da janela de uma das unidades e atingiu o veículo, danificando o para-brisa e parte da lataria. Não foi possível identificar de qual das unidades caiu o objeto. O automóvel era importado, de modo que seu reparo foi custoso e demorou cerca de dez meses. Dois anos e meio depois da saída do automóvel da oficina, Marcos ajuíza ação indenizatória em face do condomínio do edifício. De acordo com o caso acima narrado, responda fundamentadamente às questões a seguir.

Considerando que o vaso de plantas caiu da janela de apenas um dos apartamentos, pode o condomínio alegar fato exclusivo de terceiro para se eximir do dever de indenizar? E, após a contestação, ao perceber que a pretensão de Marcos está prescrita, pode o juiz conhecer de ofício dessa prescrição se nenhuma das partes tiver se manifestado a respeito?

## Questão 02

Danilo ajuizou ação cominatória com pedido de reparação por danos morais contra a financeira Boa Vida S/A, alegando ter sofrido dano extrapatrimonial em virtude da negativação equivocada de seu nome nos bancos de dados de proteção ao crédito. Danilo sustenta e comprova que nunca atrasou uma parcela sequer do financiamento

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

do seu veículo, motivo pelo qual a negativação de seu nome causou-lhe dano moral indenizável, requerendo, liminarmente, a retirada de seu nome dos bancos de dados e a condenação da ré à indenização por danos morais no valor de R\$5.000,00. O juiz concedeu tutela provisória com relação à obrigação de fazer, apesar de reconhecer que não foi vislumbrado perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo; contudo, verificou que a petição inicial foi instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, não havendo oposição do réu capaz de gerar dúvida razoável. Em sentença, o juiz julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando a ré à obrigação de retirar o nome do autor dos bancos de dados de proteção ao crédito, confirmando a tutela provisória, mas julgando improcedente o pedido de indenização, pois se constatou que o autor já estava com o nome negativado em virtude de anotações legítimas de dívidas preexistentes com instituições diversas, sendo um devedor contumaz. Em face do exposto, responda aos itens a seguir.

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, é correta a decisão do juiz que julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais? E poderia o advogado requerer a tutela provisória mesmo constatando-se a inexistência de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo?

### Questão 03

Camila teve a perna amputada por Marcelo, médico cirurgião empregado do Hospital Mais Saúde. Muito abalada, ajuizou ação contra Marcelo e contra o Hospital Mais

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

Saúde. Em contestação, Marcelo sustentou ter realizado o procedimento para salvar a vida de Camila, que estava acometida de grave infecção. O Hospital Mais Saúde sustentou não ter responsabilidade pela conduta de seus empregados. Comprovado o dano, o Hospital Mais Saúde será responsabilizado pelo ato de Marcelo?

## Questão 04

Menelau, domiciliado em Curitiba/PR, ajuizou na data de 30 de março de 2017 reclamação cível perante o 50º Juizado Especial Cível de Curitiba em face de Lojas Trambique S/A e Indústrias Desleixo S/A, ambas com sede na referida Capital. Alegou, em síntese, que adquiriu uma Geladeira nova da Marca Gelex, modelo 200, fabricada pela Indústrias Desleixo S/A, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), tendo sido o produto adquirido no estabelecimento comercial da Lojas Trambique S/A na data de 10 de janeiro de 2017. Sustentou que o produto parou de funcionar no dia 15 de fevereiro de 2017, tendo sido encaminhada à assistência técnica autorizada da Indústrias Desleixo S/A, momento em que foi constatado que o motor da geladeira havia pifado e não havia possibilidade de ser consertado, uma vez que a Indústrias Desleixo S/A havia parado de fabricar o produto acima mencionado. Pugnou pela restituição do valor pago pelo produto adquirido com vício de qualidade. Juntou a nota fiscal da geladeira e declaração da assistência técnica comprovando o defeito alegado.

Realizada audiência, restou infrutífera a tentativa conciliatória, tendo sido designada data para realização de audiência de instrução e julgamento.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

A ré Lojas Trambique S/A apresentou defesa por escrito através de advogado: a) inicialmente, arguiu a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da lide, ao argumento de que somente vendeu a geladeira ao reclamante e não é a responsável pela sua fabricação, b) no mérito, alegou que em caso de ser responsabilizada, deverá ser condenada ao pagamento de somente 50% do valor pleiteado pelo autor.

A ré Indústrias Desleixo S/A, por sua vez, sustentou que, de fato, a geladeira adquirida pelo consumidor possui defeito, motivo pelo se propôs a substituir o produto por outro mais moderno.

O autor apresentou impugnação à contestação, requerendo a rejeição da preliminar levantada e esclareceu, ao final, que não deseja a substituição da geladeira por outra mais moderna, pois requer a restituição dos valores pagos.

Realizada audiência de instrução e julgamento, restou infrutífera a renovação da proposta conciliatória. Foram colhidos os depoimentos das partes e de uma testemunha arrolada pelo autor, a qual é proprietária da assistência técnica, autorizada da Indústrias Desleixo S/A.

A testemunha Sócrates, indicada pelo autor, afirmou que: “é técnico em refrigeração e vistoriou o motor da geladeira em discussão, o qual estava pifado. Alegou que não era possível substituir a peça com problemas, uma vez que esta não era mais fabricada pela ré Indústrias Desleixo. Esclareceu, por fim, que foi o responsável pela emissão da declaração que acompanhou a petição inicial”.

As partes dispensaram a apresentação de alegações finais.

As reclamadas compareceram às audiências de conciliação e de instrução devidamente representadas por seus respectivos prepostos, munidos com cartas de preposição e cópia dos contratos sociais. Ofertaram defesa por meio de advogados distintos, os quais possuem poderes *ad judicia*.

Com base nos dados acima, elabore projeto de decisão, com base no disposto no artigo 40, da Lei nº 9.099/95. O relatório é dispensado. Ao final, somente pode constar como assinatura a expressão Juiz leigo.

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A

## Prova para o cargo de Juiz Leigo – Tipo A